

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.600 - SP (2019/0294139-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ADRIANA RAMOS
ADVOGADO : ADRIANA RAMOS - SP251876
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JULIANA APARECIDA PRESTES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANA APARECIDA PRESTES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do *Writ* n. 2184709-78.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que a paciente encontra-se presa preventivamente desde 03/07/2019 pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, 1.º, *caput*, da Lei n. 9.613/98 e 2.º, *caput*, da Lei n. 12.850/13.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a paciente é mãe de menor de idade que depende de seus cuidados, mostrando-se imperioso o deferimento da prisão domiciliar.

Afirma ser primária, de bons antecedentes, emprego lícito e residência fixa.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva ou a sua substituição por prisão domiciliar.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 47):

[...]

Feitas essas considerações iniciais, in casu, em que pese seja a paciente mãe de uma criança menor de 12 (doze) anos de idade, considero a presente situação plenamente

Superior Tribunal de Justiça

enquadrável na hipótese de excepcionalidade prudentemente ressalvada na decisão do E. Supremo Tribunal Federal e secundada pela jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, bem como deste E. TJSP.

Isso porque a paciente é suspeita de integrar a facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), cujos atos de barbárie são de conhecimento geral, visto que diuturnamente ocupam as manchetes dos principais jornais do País, de sorte que sua liberdade provisória ou colocação em prisão domiciliar pode vir a ser de extrema valia para a dita organização, que continuará contando com mais um quadro para a realização de suas operações externas.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte que se diz coagida.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

